

Crenças e saberes em disputa: a religião na sala de aula

Eliane Hojaij Gouveia¹
Michelle Veronese²

Resumo

Os conflitos religiosos em sala de aula são discutidos neste artigo, que busca dinâmicas que sustentem esse tipo de problema. Partimos da ideia de que a solução para um desafio desta natureza não pode ser alcançada simplesmente por meio de manuais ou receitas prontas, e, em vez de oferecer um conjunto de táticas ou dicas, sugerimos que educadores e educadoras procurem olhar para além das paredes da escola, observando como se configura o campo religioso brasileiro, perscrutando seus atores e suas disputas, e os motivos que levam diferentes religiões a entrar em choque entre si e também com a ciência. Em seguida, sugerimos que se atente para o modo pelo qual a educação foi e tem sido pensada em nosso país e para as lacunas curriculares, especialmente no que diz respeito às experiências de minorias, já que esses fatores contribuem para a reprodução de preconceitos, intolerâncias e tensões religiosas. Por fim, com base neste duplo olhar, focado no campo religioso e também no campo da escola, professores poderão perceber por que certos conflitos religiosos tendem a surgir na sala de aula e, como conhecedores do que está em jogo, terão mais elementos para lidar com este tipo de desafio.

Palavras-Chaves: Religião; Intolerância; preconceitos.

Abstract

This article discusses religious conflicts in school, investigating the dynamics surrounding this problem. We believe there is no instruction book or recipe that could solve this kind of challenge and instead of suggesting a set of tactics or tips we recommend that teachers explore looking beyond the school walls in order to see how the Brazilian religious landscape is organized. Doing that, they can understand the actors on scene and their struggles and also the reasons why different groups clash against each other or against science. We then suggest that teachers should pay attention on how the country deals with education, now and in the past, and notice the curricular gaps, especially those regarding minorities, that may contribute to dissemination of religious prejudices, intolerances and tensions. With these observations on the religious and educational landscapes, we believe that teachers will be better equipped to understand why religious conflicts take place in schools and, knowing what is on dispute, they will be able to deal with this kind of challenge.

Keywords: Religious; intolerances; preconception.

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

Coordenadora do Núcleo de Estudos Religião e Sociedade (Nures) - PUC-SP.

Editora da Revista Eletrônica Nures, disponível no portal de periódicos da PUC-SP.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP e pesquisadora do Núcleo de Estudos Religião e Sociedade (Nures).

Introdução

Um aluno é evangélico, outro é adepto do candomblé, um segue o espiritismo, outro participa da renovação carismática e há aquele que prefere não ter uma religião. Todos convivem bem em sala de aula, até que, certo dia, a harmonia é quebrada. O primeiro diz não concordar com as crenças do segundo, que critica a devoção do terceiro, que afirma não gostar da religião do quarto, que tenta converter o quinto... A partir daí, ninguém se entende mais.

Aos olhos de quem desconhece o campo religioso brasileiro, o exemplo acima poderia parecer impossível. Mas, embora exagerado, não está assim tão distante da nossa realidade. Em um país marcado pela efervescência religiosa, não é surpresa encontrarmos, mesmo no restrito espaço de uma sala de aula, uma pequena amostra do que vislumbramos fora dela. E se a diversidade de práticas e crenças está presente ali, também estão os embates e tensões que ocorrem entre diferentes religiões.

Diante desse contexto, um desafio é lançado aos professores e professoras: o que fazer quando a questão religiosa gera conflitos em sala de aula? Sempre que esse tipo de questão é formulada, há quem evoque um velho ditado, espécie de mandamento que repetimos de geração a geração: “Futebol, política e religião não se discutem”. É verdade que o dito popular pode ser útil nas situações em que se deseja acalmar os ânimos, já que os três temas tendem a despertar paixões e opiniões divergentes. Mas, na escola, transformar a religião em tabu pode não ser a melhor das estratégias. Isso porque o silêncio do professor ou professora nem sempre será suficiente para solucionar um conflito dessa natureza.

Um exemplo pode ocorrer quando o tema da aula entra em choque com as crenças religiosas dos alunos, como na disciplina de Biologia, durante o ensino da teoria da evolução. A ideia de que o ser humano evoluiu dos macacos tende a despertar reações negativas especialmente entre cristãos fundamentalistas, que defendem a origem da vida e do universo como frutos da ação divina. Alunos adeptos desses grupos religiosos podem se recusar a assistir à aula ou ainda tentar deslegitimar o conhecimento apresentado, argumentando que esse contradiz a Bíblia. Ao professor ou professora, em casos assim, silenciar não será suficiente.

Outro exemplo, mais corriqueiro do que se imagina, é quando estudantes que compartilham a mesma crença religiosa se dividem em grupos, evitando interagir com os

demais. A intolerância, algumas vezes, pode permanecer velada; noutras, pode tornar-se explícita. Nesse último caso, uma reação comum é a de demonizar as práticas religiosas dos colegas adeptos de outras religiões, que passam a ser referidos como hereges, feiticeiros, adoradores ao demônio, entre outros termos depreciativos.

A questão então retorna: o que fazer nessas horas? Não existe uma fórmula mágica capaz de solucionar ou prevenir estes problemas nem tampouco um conjunto de regras a seguir. O motivo é que esse tipo de situação pode assumir as mais diversas formas, indo além dos exemplos mencionados acima. Ao professor ou professora, no entanto, há a alternativa de tentar compreender as dinâmicas presentes em conflitos dessa natureza e, a partir daí recorrer à sua própria experiência pedagógica para buscar uma solução. Para isso, sugerimos, como primeiro passo, perscrutar o campo das religiões brasileiras, analisar seus atores e suas disputas e, em seguida, investigar alguns dos motivos que as levam a entrar em choque entre si e também com a ciência. A partir daí, é possível pensar como essas questões tendem a se refletir no cotidiano da sala de aula.

O campo religioso brasileiro e suas tensões

Quando se fala em tensão ou conflito religioso, muitas vezes, tendemos a olhar para longe, buscando exemplos fora do nosso contexto. Lembramos do Oriente Médio e dos embates entre israelenses e árabes; ou da Índia, país em que a maioria hindu entra em atrito com cristãos e muçulmanos; ou ainda da Nigéria, marcada pela grande rivalidade entre grupos cristãos e muçulmanos; e até mesmo da distante Indonésia, onde, nos últimos anos, igrejas cristãs foram fechadas.

Outras vezes, ao ouvir a expressão conflito religioso, nos voltamos para o passado. Pensamos no século I, quando os cristãos não passavam de uma pequena seita que incomodava a religião dominante, o judaísmo, e por isso eram perseguidos. Ou recordamos da Idade Média, quando a Igreja Católica já havia se estabelecido como líder no Ocidente, punindo os hereges, nome dado a todos que discordavam de seus dogmas. E também lembramos do século XVI, quando a Reforma Protestante desafiou a autoridade papal e seus defensores foram perseguido por isso.

Esquecemos, no entanto, que o Brasil também teve e tem sua cota de conflitos religiosos. Esses não assumiram a forma de uma guerra santa que culminou em milhares de mortes ou atos terroristas, como se vê noutros contextos, mas nem por isso deveriam passar despercebidos. No período colonial, por exemplo, o catolicismo era obrigatório. Era imposto, não importa se o indivíduo fosse índio, negro escravizado ou judeu, o que por si só gerava tensão. “Os que aqui não nasciam tinham que adotá-lo, mesmo que não o compreendessem: os negros escravizados eram batizados no porto de procedência ou de desembarque. Já os judeus, sob a pressão de serem perseguidos pelos inquisidores, de perderem seus bens ou mesmo suas vidas, preferiram, em geral, tornar-se ‘cristãos novos’” (Negrão, 2008).

Pouco também se fala nos livros de história sobre as tensões religiosas no Brasil Império. Em fins do século XIX, os adeptos do candomblé e do espiritismo eram acusados de feitiçaria e charlatanismo e muitos foram perseguidos sob essa alegação. Jornais exibiam manchetes alertando sobre a proliferação dessas crenças e práticas e enumeravam os supostos perigos representados por elas. As reuniões desses grupos eram proibidas, os cultos interrompidos pela polícia e muitos fiéis chegaram a ser presos. Na época, o país tinha como religião oficial o catolicismo e todo sistema de crenças visto como ameaça ao monopólio da Igreja era combatido sob a chancela do Estado.

Foi um longo período até que o candomblé e o espiritismo – e a partir do início do século XX, também a umbanda – fossem reconhecidos como religiões. Como lembra Montero (2006), vários setores da sociedade se envolveram em discussões tendo como desafio separar as “práticas tidas ‘mágicas’, que deveriam ser criminalizadas como exercício ilegal da medicina, das práticas ‘verdadeiramente religiosas, fundadas em convicções genuínas a respeito dos seres espirituais”. Essas controvérsias duraram mais de meio século e perduraram inclusive após o advento da República, quando o Estado brasileiro tornou-se laico.

Com a República, a liberdade religiosa passou a ser garantida constitucionalmente. Os adeptos da umbanda, espiritismo, candomblé, entre outras religiões, tiveram assegurado o direito de vivenciar suas crenças e práticas. O Brasil tornou-se um país conhecido pelo pluralismo religioso. Mesmo assim, mais de um século depois, não faltam notícias de conflitos religiosos. Quem viveu os anos 1990 deve lembrar do emblemático caso do “chute na santa”. Em 12 de outubro de 1995, um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus

desferiu, em rede de televisão, um chute na imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do país, chamando-a de “boneco feio, horrível e desgraçado” (Mariano, 2004). O caso trouxe à tona as tensões que se tornaram comuns entre os neopentecostais e religiões como o catolicismo, o espiritismo, a umbanda e o candomblé. Como lembra Mariano, as imagens “provocaram forte comoção nacional, reprovação unânime, deflagrando manifestações generalizadas de repúdio ao referido ato de intolerância religiosa” (2004).

O neopentecostalismo, linha do protestantismo que ganhou força no Brasil a partir de 1970, é formado por Igrejas como Universal do Reino de Deus, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Internacional da Graça de Deus e Renascer em Cristo. Em cultos transmitidos na televisão, e também em livros, jornais, revistas e sites, é comum seus pastores acusarem religiões, especialmente as afro-brasileiras, de praticarem bruxaria ou adoração ao demônio. Trata-se, segundo Silva (2007), de uma estratégia proselitista. Isso significa que, na tentativa de atrair fiéis, tenta-se deslegitimar as religiões concorrentes:

Os ataques feitos no âmbito das práticas rituais das igrejas neopentecostais e de seus meios de divulgação e proselitismo têm como ponto de partida uma teologia assentada na ideia de que a causa de grande parte dos males deste mundo pode ser atribuída à presença do demônio, que geralmente é associado aos deuses de outras denominações religiosas. Caberia aos fiéis, segundo esta visão, dar prosseguimento à obra de combate a esses demônios iniciada por Jesus Cristo.

O combate, no entanto, não ocorre apenas nos meios de comunicação e envolve outras estratégias como a distribuição de panfletos e uso de carros de som para interromper cultos e festas afro-brasileiras ou a invasão de terreiros, destruição de altares e arremesso de sal grosso aos adeptos de outras religiões com o argumento de eles estarem possuídos pelo demônio (Silva, 2007). Mas o que estaria por trás deste tipo de conflito?

No caso das Igrejas neopentecostais, Silva (2007) explica que, tal como ocorre no candomblé, umbanda e espiritismo, elas se pautam por um apelo mágico, oferecendo aos fiéis a experiência do êxtase por meio, por exemplo, de exorcismos e descarregos. Assim, quando o neopentecostalismo combate outras religiões, mais do que fazer proselitismo, também estaria tentando atrair fiéis que buscam experiências religiosas “com forte apelo mágico, extáticas, com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão” (Silva, 2007).

Também podemos responder à questão acima buscando o conceito de campo, apresentado por Bourdieu. Segundo o sociólogo francês, há vários campos, como o dos esportes, da literatura, da arte, da ciência, das religiões, entre outros. Todos os campos têm uma característica que se repete, não importa se estamos falando da filosofia do século XVII, da moda do século XIX ou das religiões de hoje: eles são sempre marcados por disputas e lutas por poder.

Sabemos que em qualquer campo descobriremos uma luta, cujas formas específicas terão de ser investigadas em cada caso, entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência (...) A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico. (2003, p. 119-120)

Se lembrarmos que a religião, segundo Bourdieu (2007), cumpre uma função de distinção, a exemplo de outros sistemas simbólicos, nada mais esperado do que, havendo disputa num campo, um grupo tente deslegitimar o outro. Resultado: “um sistema de práticas e crenças está fadado a surgir como *magia* ou como *feitiçaria*, no sentido de religião inferior, todas as vezes que ocupar uma posição dominada na estrutura de relações de força simbólica” (p. 43-44). Daí muitas religiões se referirem às crenças religiosas do passado como “magia primitiva” ou às crenças contemporâneas como “magia profana”. Foi assim que a Igreja Católica reagiu diante da presença do candomblé e do espiritismo no Brasil do século XIX, é dessa maneira que alguns grupos neopentecostais reagem diante da concorrência com as religiões afro-brasileiras, e isso acontecerá sempre que grupos disputarem o poder.

Uma pesquisa como o Censo pode ajudar a descobrir quem concorre atualmente no campo religioso brasileiro. Em 2010, constatou-se que 64,6% da população se afirma católica, 22% são evangélicos, 2% espíritas, 0,3% adeptos do candomblé e da umbanda e 8% se afirmam sem religião. Aos compararmos com os Censos anteriores, notamos que o catolicismo vem perdendo espaço para o protestantismo e outras religiões. Para se ter uma ideia, em 1991, 83% da população se afirmava católica. Hoje, são quase 20% a menos. São esses alguns dos grupos em disputa, entretanto, há detalhes que o Censo deixa escapar e para os quais precisamos atentar.

O trânsito religioso, a dupla ou tripla pertença e a adesão sem prática são algumas características nem sempre percebidas nas pesquisas. Por aqui, não faltam fiéis que percorreram ou acumulam duas ou mais religiões. Judeus que vão a centros espíritas, católicos praticantes do candomblé, protestantes que frequentam a umbanda. Muitos também recorrem aos circuitos Nova Era, buscando práticas e vivências como xamanismo urbano, meditação transcendental, neopaganismo, uso de cristais e outras das chamadas novas religiosidades contemporâneas.

O que tudo isso revela? Primeiro, que muitos indivíduos estão em busca de novas experiência e respostas. Segundo, que nosso campo religioso está em constante transformação para atender a essa demanda. Como lembra Prandi (2004), “as religiões mudam também e mudam muito rapidamente, muitas vezes suas transformações apontando para um outro público-alvo, visando a uma clientela anteriormente fora do alcance de sua mensagem”. Logo, se hoje algumas competem e lutam, amanhã pode ser diferente.

Quando religião e ciência entram em choque

Não é apenas entre si que disputam as religiões. Quando questões polêmicas vêm à tona no campo da ciência – por exemplo, o uso de células-tronco, o aborto ou a eutanásia –, grupos religiosos costumam se pronunciar oficialmente por considerar que certas decisões podem contrariar suas crenças e ensinamentos e afetar a vida dos fiéis. O problema é que nem sempre as duas esferas entram em acordo.

Se ocorre um impasse entre religião e ciência, é muito comum ouvirmos que a ciência é a “dona da verdade e da razão” ou que a sua palavra é a final. A justificativa é que, por utilizar métodos de observação e análise de evidências, ela forneceria respostas legítimas sobre a vida, o universo e tudo o mais. Já a religião, por apoiar-se em livros sagrados e nas revelações feitas por profetas, santos ou seres iluminados, não ofereceria respostas comprovadas pelo método científico, logo, essas não seriam legítimas. Ao professor ou professora, é importante notar que nem sempre pensou-se desta maneira.

A ideia de ciência, como a concebemos hoje, não existia antes do século XIX. Antes disso, os seres humanos organizavam seu conhecimento sobre o mundo e a vida de outras maneiras e todas elas, em algum momento, foram consideradas legítimas. Foi o caso dos

mitos. No passado, ao observar fenômenos naturais, como trovões e tempestades, a noite que sucede o dia, inúmeros povos concluíram que esses eram resultado da ação de divindades, espíritos ou forças sobrenaturais. As narrativas mitológicas eram transmitidas oralmente de geração a geração e davam conta de explicar a origem do mundo e da vida, além de fornecer orientações para as mais diversas atividades em sociedade. Eram, portanto, muitos mais do que relatos fantasiosos. Como observou o historiador das religiões Mircea Eliade, o mito narra como “uma realidade passou a existir, quer seja a realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição” (1989, p. 12-13).

Entre os gregos, que legaram várias histórias protagonizados por personagens como Zeus, Atena e Apolo, os mitos, com o tempo, foram deixados de lado em favor de outra forma de indagação da realidade, a filosofia. Um dos nomes mais conhecidos nesse campo, Aristóteles, defendia a observação sistemática da natureza como o caminho para compreender os diferentes fenômenos. Ele rejeitava a ideia, recorrente nos mitos, de que uma divindade governava o mundo e defendia que a natureza tinha sua própria autonomia.

Da filosofia à matemática, da astrologia à história natural, em diferentes épocas e contextos, existiram diferentes maneiras de investigar a realidade e de responder a questões sobre a vida, a existência e o universo. Os vários campos de saber ora concorriam, ora se influenciavam. Na Idade Média, por exemplo, os chamados filósofos naturais, em sua tarefa de descobrir as leis que regiam o cosmo, eram influenciados pela crença cristã de que Deus legislava sobre tudo e todos. Mais tarde, as descobertas de Copérnico, Newton e Galileu abalaram esta visão e passou-se a questionar se a Terra era mesmo o centro da criação divina.

No século XIX, influenciada pelo racionalismo e o empirismo, a ciência emergiu como a conhecemos hoje. Ganhou reconhecimento e legitimidade ao mesmo tempo em que religião foi perdendo terreno. Esse fenômeno foi chamado de secularização por Weber. Segundo ele, os avanços da industrialização, da urbanização e da ciência moderna levaram a religião a perder a grande influência que tinha na vida, nas práticas e nas crenças das pessoas. O mundo, disse Weber, foi desencantado. Isto é, passamos a acreditar que “não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível no decurso de nossa vida, ou, em outras palavras, que podemos dominar tudo por meio de cálculo” (2002, p. 439).

A religião, então retraída, virou assunto privado, de “foro íntimo”, como costuma-se dizer. A ciência passou a dar as cartas no que diz respeito ao conhecimento sobre o mundo. Hoje, elas são vistas como duas esferas separadas, que jamais se encontram. Mas será que por isso estão fadadas ao conflito? Uma alternativa, que pode ser trabalhada pelos professores e professoras com seus alunos, é percebê-las como duas possibilidades diferentes, mas não auto-excludente, de conhecimento. A primeira apóia-se em livros sagrados, nas revelações feitas por profetas, santos ou seres iluminados para oferecer respostas. A segunda utiliza-se de métodos de observação e análise de evidências. Ambas, porém, oferecem orientações, diretrizes e instrumentos para que o indivíduo suceda diante do desafio da existência. Fazem isso cada uma à sua maneira e merecem ser respeitadas nessa empreitada.

A sala de aula como microcosmo

Até este momento, mencionamos o campo religioso brasileiro, buscando entender por que as diferentes religiões disputam entre si. Em seguida, citamos o campo científico, descobrindo como a ciência se tornou a esfera dominante de conhecimento e, por isso, muitas vezes se choca com a religião. Agora, olhemos para a sala de aula, espaço onde todas essas dinâmicas podem ser observadas tal como num microcosmo.

Podemos perceber a escola como um prédio ocupado por salas, as quais são preenchidas por carteiras, lousa, um professor que transmite um conteúdo pré-planejado e alunos que recebem as lições com o intuito de passar de ano e, lá na frente, obter um diploma. Mas essa seria uma visão limitada. A escola vai muito além de uma estrutura formada por indivíduos a quem papéis definidos são entregues e que devem ater-se a eles. Dayrell (2001), por exemplo, entende a escola como um espaço sociocultural e, como tal, a considera “dinâmica, polissêmica, fruto de um processo de construção social” (p. 159). Ali, alunos e professores não são personagens passivos e, o tempo todo, estão construindo conhecimento a partir de suas relações sociais. “Trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas” (p. 137).

Se pensarmos a escola dessa maneira, encontremos seus personagens envolvidos tanto em relações institucionais quantas cotidianas, marcadas por “alianças e conflitos,

imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos” (Dayrell, 2001, p. 137). Teremos, então, João, do candomblé; Maria, do espiritismo; José, da renovação carismática; Madalena, evangélica; Francisco, ateu. Mais do que alunos, mais do que simplesmente adeptos de determinadas religiões, eles e elas são indivíduos que trazem para o espaço compartilhado suas vivências, conhecimentos e visões de mundo. Assim, ora se envolvem em disputas e embates, ora estabelecem diálogos e trocas. Transitam numa via de múltiplas mãos, construindo e (re)significando, a partir do que trazem e do que encontram, a própria escola e a suas experiências.

Quando observamos a escola e seus personagens para além da forma institucionalizada, é fácil entender por que ela se torna cenário de tensões e conflitos religiosos. O conhecimento que o aluno obteve na família e da Igreja não será abandonado na porta da sala de aula e, muito mais frequentemente do que se imagina, poderá se chocar com o conhecimento legitimado pela ciência e transmitido ali. Da mesma maneira, as pré-noções e os preconceitos assimilados em outras experiências sociais também serão reproduzidos no cotidiano escolar ou inclusive reforçados, muitas vezes, sem a chance de serem desconstruídos.

As paredes da escola não bloqueiam essas possibilidades. Mas o modo como a educação é pensada e praticada pode reduzi-las ou ampliá-las. Quando se pensa nisso, um aspecto importante a se considerar é a história da relação entre escola e religião no Brasil, a qual muitas vezes deixou brechas para a reprodução de preconceitos. Mesmo com a proclamação da República em 1891 – a qual, como vimos, separou religião e Estado --, em vários períodos o ensino religioso foi obrigatório; noutros, voltou a ser facultativo. Nesses momentos, prevaleceu o ensino da religião católica. Essa, vale notar, manteve a maioria das escolas do país durante cerca quatrocentos anos. Como observa Junqueira (2002), em 1964 a Igreja contava com 70% das escolas secundárias e, cerca de duas décadas depois, nos anos 1980, ainda possuía aproximadamente 40% destes estabelecimentos.

Enquanto o catolicismo dirigia as escolas e ocupava a sala de aula, onde estavam as demais crenças e práticas religiosas? Muitas vezes, ausentes, não faladas, esquecidas. Esse tipo de lacuna frequentemente é preenchido por preconceitos ou imagens confusas trazidas na bagagem dos alunos, como nota Silva (2005):

A predominância de uma única matriz religiosa em educação nas escolas, ensinada sob forma de catequese e não de apreciação histórica e cultural das diversas religiões, tem contribuído para uma fragmentação da fé que a criança traz do seu grupo familiar e cultural, tornando-a confusa, muitas vezes internalizando a imagem idealizada negativa que a escola expande da sua religião de origem (p. 29).

Para lidar com essa realidade, uma proposta tem sido a de uma pedagogia ajustada à perspectiva do multiculturalismo, que, como sugerem Oliveira e Miranda (2004), busque incluir grupos minoritários nos materiais didáticos e na políticas curriculares. Afinal, se não se fala ou se fala insuficientemente de minorias étnicas e culturais na escola, suas práticas e crenças religiosas facilmente tornam-se alvo de preconceitos, intolerâncias, distorções e silêncios:

Os materiais didáticos, com suas formas tradicionais de estereótipos atribuídos aos não-brancos, por exemplo, ajudaram a reforçar o desejo de não identificação com a cultura negra. Aí estão incluídos crianças e jovens que rejeitam seus traços da herança étnica, ressaltando apenas as outras características de sua suposta herança branca. Consequentemente, essa representação negativa perpassa as relações intra-escolares. (p. 68)

Ampliar os currículos escolares para que abordem, de modo não superficial, a diversidade religiosa, racial, cultural e social de grupos minoritários pode contribuir para a valorização e o acolhimento da diversidade. As possibilidades, para educadores e educadoras, são inúmeras, como “trabalhar com questões voltadas para positivar o passado das pessoas negras africanas escravizadas no Brasil, dando exemplos do processo de resistência” (Secretaria Municipal de São Paulo, 2008, p. 19), como no caso dos quilombos. Mas, como alerta o documento Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem Étnico-Racial, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, “esse movimento dialético e dialógico de desconstruir e reconstruir só será possível após um processo de reaprendizagem dos educadores sobre os valores culturais típicos da cultura negra, como modo de conceber o mundo, estéticos, entre outros” (2008, p. 19).

Todos esses ajustes, vale lembrar, passam por pensar a educação de modo que ela aceite a convivência e que esteja aberta a diferentes propostas de conhecimento. “Isso significaria”, sugere Brandão (2002, p. 156-157), “em primeiro lugar, abrir as portas da escola e

sair a buscar compreender os mundos circunvizinhos, antagônicos, próximos e remotos onde estão, onde vivem e convivem com suas culturas do cotidiano os próprios personagens da vida escolar”. Depois, trazer para a sala de aula as experiências e visões de cada indivíduo, grupo e cultura. Tudo isso, direta ou indiretamente, irá influenciar seja na solução ou na prevenção de conflitos e tensões religiosas que tendem a surgir no espaço da escola.

Considerações finais

Diante do desafio de lidar com conflitos envolvendo religião em sala de aula, vimos que não há um conjunto de regras ou fórmulas disponíveis ao professor ou professora. Ao contrário: cada embate, tensão ou manifestação de intolerância exigirá uma resposta diferente, a qual será eficaz na medida em que o educador ou educadora forem capazes de compreender o contexto maior em que tais problemas se delineiam. Para isso, recomendamos, como exercício, entender como as diferentes crenças e práticas religiosas se articulam e concorrem no campo religioso brasileiro. Em seguida, propusemos uma compreensão do que é ciência e dos porquês de ela entrar em conflito com a religião, atentando para o fato de que seu status de esfera dominante do conhecimento é uma conquista recente na história da humanidade.

No último momento, olhamos para a escola, percebendo que os preconceitos e intolerâncias religiosas também são reproduzidos ali, já que alunos e professores, como sujeitos sociais, carregam para esse espaço experiências, visões e conhecimentos apreendidos fora dele. Também notamos que a história da educação brasileira acabou contribuindo para a manutenção de muitos desses preconceitos ao deixar de fora dos currículos as minorias étnicas e culturais e suas experiências, caso no qual se inserem as religiões afro-brasileiras. Com esse contexto em mente, esperamos que o professor ou professora contem com elementos e informações necessárias para atuarem como árbitros diante das tensões e conflitos religiosos em sala de aula. Neste papel, ele e ela não terão em mãos um cartão miraculoso capaz de solucionar problemas. Mas serão conhecedores das regras do jogo e, dessa maneira, estarão aptos a pensar e experimentar possibilidades, orientando os alunos no caminho do acolhimento da diferença e atenção focada na importância do exercício da tolerância e do respeito às múltiplas formas de conhecimento.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação como Cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Ed. Fim de Século, 2003.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DAYREL, Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 18, n. 52, set./dez. 2004.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Revista Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 74, mar. 2006.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismos e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 23, n. 2, 2008.
- OLIVERIA, Ozerina Victor de. MIRANDA, Cláudia. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, jan./abr. 2004.
- PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 18, n. 52, set/dez 2004.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Orientações curriculares e expectativas de aprendizagem étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio. São Paulo: SME/DOT, 2008.
- SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: Kabengele, Munanda (org.). *Desconstruindo o racismo na escola*. Brasília: MEC/BID/Undesco, 2005.
- SILVA, Wagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significado do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, abril 2007.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte 2*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.